

A proteção da Amazônia como estratégia global e democrática

Karina Penha e Daniela Orofino da Amazônia de Pé

A Amazônia é, reconhecidamente, um dos principais reguladores climáticos do planeta. O bioma armazena cerca de 120 bilhões de toneladas de carbono, influencia os regimes de chuvas em toda a América do Sul e abriga a maior diversidade biológica terrestre conhecida. Preservá-la, portanto, não é apenas uma demanda ambiental: é a maior contribuição que o Brasil pode oferecer para a estabilidade climática e para o futuro do planeta.

Contudo, a abordagem da proteção amazônica precisa superar a visão restrita à biodiversidade. A floresta é também um território de disputas socioeconômicas, políticas e culturais. A integridade da Amazônia está diretamente ligada ao fortalecimento da democracia brasileira, na medida em que envolve a garantia de direitos territoriais a povos indígenas e comunidades tradicionais.

Entre os elementos mais críticos desse debate estão as **Florestas Públicas Não Destinadas (FPNDs)**. Trata-se de 50 milhões de hectares na Amazônia Legal que, por falta de destinação legal específica, tornam-se o alvo preferido de atividades criminosas como a grilagem, o desmatamento ilegal e a mineração. Dados do Serviço Florestal Brasileiro indicam que essas áreas concentram grande parte dos recentes dados de desmatamento, evidenciando uma ameaça tanto à integridade ambiental quanto à ordem jurídica.

Desde 2022, a **Amazônia de Pé** tem buscado responder a esse desafio com uma estratégia de incidência política baseada na participação popular: a criação de um **Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP)** que propõe a destinação integral das FPNDs para a proteção permanente, garantindo seu uso por comunidades tradicionais e assegurando sua função socioambiental. A proposta segue o modelo de mobilizações históricas no Brasil, como a que resultou na Lei da Ficha Limpa, e depende da coleta de 1,5 milhão de assinaturas para tramitar no Congresso Nacional com legitimidade popular.

O processo de mobilização já alcançou centenas de milhares de assinaturas, articulou mais de 400 organizações e conseguiu inserir o tema das florestas públicas FPNDs na pauta de governos e organismos internacionais. A Amazônia de Pé também criou, junto ao Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM), o Observatório de Florestas Públicas, uma plataforma para monitorar essas áreas de perto. Em 2024 e 2025, a pressão pública resultou no anúncio, pelo governo federal, de 14 milhões de hectares para estudos de destinação, o primeiro passo para sua proteção legal..

A relevância dessa agenda vai além do seu impacto para a Amazônia. Em um cenário global de emergência climática, proteger as FPNDs significa preservar serviços ecossistêmicos essenciais para a agricultura, a disponibilidade hídrica e a mitigação de eventos extremos. Do ponto de vista econômico, estudos apontam que a manutenção da floresta em pé gera benefícios muito superiores do que aqueles gerados por atividades predatórias, especialmente quando se considera fatores como o mercado de carbono, turismo de base comunitária e cadeias produtivas de baixo impacto.

Mas a proteção da Amazônia e seus povos enfrenta fortes obstáculos políticos no Brasil, com o interesse da Bancada Ruralista em avançar a fronteira do agronegócio para dentro da floresta. Além disso, enfrenta uma forte disputa narrativa, com a difusão da ideia de que “não existem mais formas de proteger a Amazônia” e de que “não adianta mais agir”, retórica que desmobiliza a sociedade, favorece a continuidade de modelos extrativista predatórios e gera uma onda de desesperança. A Amazônia de Pé acredita em mobilizar através da educação, da cultura e da esperança de que é possível construir uma maioria comprometida com a floresta e seus povos no Brasil. A experiência histórica mostra que mudanças estruturais, na política, na economia ou na nossa relação com o meio ambiente, nunca ocorreram por inércia. Elas emergem de processos de mobilização social, de articulação entre diferentes setores e da capacidade de transformar indignação em ação.

O futuro climático do planeta e a qualidade da democracia brasileira estão, de forma concreta, entrelaçados no destino que terá a Amazônia e a preservação dos modos de vida dos seus povos. E o futuro está sendo construído agora, nas ruas, nas comunidades e nos espaços de formulação de políticas públicas. **Apostar na ação coletiva, que tem raízes dos territórios e consegue criar pontes de diálogo em todo o país é, não** apenas necessário, mas urgente. É nesse caminho que a **Amazônia de Pé** atua, conectando pessoas em todo o Brasil para agirem juntos pela proteção das florestas públicas, da Amazônia e do futuro do planeta.